

anais de
história de
além-mar

XVI

ANO 2015

CENTRO DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

UNIVERSIDADE DOS AÇORES

CHAM

Tamar Herzog, *Frontiers of Possession: Spain and Portugal in Europe and the Americas*, Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2015, 384 pp. ISBN 9780674735385

Para muitos historiadores ibéricos e ibero-americanos das gerações mais recentes será relativamente consensual pensar que as fronteiras entre as monarquias espanhola e portuguesa, tanto na Europa, quanto na América, não foram linearmente determinadas por tratados e enfrentamentos militares internacionais mas resultaram da intervenção de múltiplos actores, incluindo os residentes nos territórios por elas abrangidos. No mesmo sentido, muitos estarão de acordo em considerar pertinente uma «narrativa» que faça o cruzamento das histórias europeia e americana sobre essas matérias. E, também, em reconhecer que os registos escritos que chegaram até nós das acções e das argumentações locais, alusivos sobretudo a situações de tensão e de apropriação do território, convocam preceitos de direito, que em parte não cabem nas distinções contemporâneas entre público e privado, pelo que é tarefa relevante apreender a cultura jurídica subjacente a esses contextos e acções. Por fim, para quem não reputa as identidades nacionais como uma dimensão definida à partida para a maioria da população das monarquias ibéricas desde finais da Idade Média, a forma como foram sendo invocadas ou ignoradas em contextos de fronteira reveste-se de muitos aliciantes. Em resumo, estes são os pressupostos do livro de T. Herzog enunciados na introdução, que almeja romper com as narrativas «sobretudo centradas na genealogia dos estados e das nações». Podem constituir um bom incentivo para a sua leitura atenta, tanto mais que se propõe colocar no mapa (usando, entre outros recursos, vários mapas) temas pouco difundidos no âmbito académico anglo-americano.

Na verdade, o livro procede a uma análise das disputas sucessivas respeitantes a territórios que foram objeto de conversações diplomáticas durante a Época Moderna. Embora nunca o explicita com clareza, esse parece ter sido o principal critério de escolha, principiando a descrição dos episódios pela América e não pela Europa, o que a autora designa de «narrativa revertida». A parte inicial do livro intitula-se «Definindo os espaços imperiais: como a América do Sul se tornou um território contestado» e é constituído por dois sub-capítulos, um sobre as «Tradições europeias» e outro intitulado «Europeus e índios». O primeiro ocupa-se das questões sucessivamente alegadas na discussão dos limites entre as Américas Ibéricas, de Tordesilhas, da fundação da colónia do Sacramento, do Tratado de Madrid e descreve, de permeio, uma parte da antiga epopeia dos paulistas tal como ela aparece na literatura de viagens da época e em estudos ulteriores, mas sem estender a narrativa ao ouro e às Minas. De resto, quando faz uma rara incursão por temas mais amplos, sublinha que «o Brasil continua a fazer parte da monarquia espanhola até aos anos de 1660, talvez até aos anos de 1680». O sub-capítulo seguinte reporta-se às relações entre europeus e índios e à apropriação de seus territórios, conversão e escravização, sublinhando a alternância entre guerra e «tratados», mas destacando os limites ao reconhecimento da posse da terra pelos ameríndios («desapossados» no «fim do processo»). Assinala a «secularização das missões» em meados de setecentos, sugerindo a relevância da sua transferência dos seus territórios para a administração civil.

A segunda parte do livro reporta-se a territórios peninsulares e às disputas que em algum momento os envolveram, na maior parte dos casos abrangendo para além dos actores locais também os centros políticos das monarquias. Sublinhando que, «em contraste com as Américas, na Europa não havia a presunção de que todas as incursões territoriais visassem a aquisição de direitos», ocupa-se, entre outros, das disputas na zona da comenda de Noudar e Barrancos (Alentejo), das que tiveram lugar em torno de ilhas fluviais no rio Minho e de diversos contextos de conflito na raia minhota e transmontana (Lindoso, coutos mistos e até Rio de Onor). Nunca se discute, entretanto, a eventual semelhança entre estas querelas pela posse de terra e outros recursos que envolviam os dois lados da fronteira e os conflitos que tinham lugar entre populações portuguesas e entre populações espanholas.

As várias histórias contadas neste livro dificilmente parecem conjugar-se e, apesar das sugestivas análises em diversos pontos e da sua maior ou menor consistência empírica, pouco acrescentam aos pressupostos enunciados na introdução do mesmo. A autora propõe-se, em alternativa a uma «história das fronteiras» a partir do «alto (o resultado das iniciativas régias) ou de baixo (a forma como as comunidades locais as foram minando)», combinar as duas visões, mas recusa-se a identificar quer os protagonistas do «centro» e os contextos em que actuaram, quer os das «periferias». Na categoria de interesses locais tanto podem entrar os grupos mercantis do Sul do Brasil no início do século XVIII, como os habitantes de Barrancos, mas sem que se tente proceder à sua identificação. O aspecto capital é que lida com os acontecimentos históricos escritos que, de uma ou de outra forma, chegaram até nós e foram registados por via da comunicação política, pois que o aparente critério de selecção recaiu em assuntos que tiveram alguma expressão nas relações diplomáticas, ao mais alto nível institucional, entre Espanha e Portugal. Mas recusa-se a identificar a arquitectura institucional que fazia com que as monarquias aceitassem representações e que permitia que alguns grupos tivessem voz e outros não, que alguns conflitos tenham sido registados e outros tenham ficado esquecidos, em síntese, quem produziu as fontes com as quais lida. Refere, de passagem, que as câmaras parecem ter mais protagonismo na Europa do que na América, mas depois deixa cair o assunto. Simultaneamente, na medida em que as fontes são usadas para ilustrar um atributo pré-definido e essencializado (a saber, que o jus commune inspirava, sem o saberem, quase todas as ações de quase todos), os contextos ou as mudanças temporais são quase totalmente elididos. Por exemplo, será mesmo que não há mudanças no vocabulário ou nos protagonistas das representações? Será que a simetria entre os ibéricos dos dois lados era mesmo absoluta? Muda alguma coisa em setecentos? A autora refere que muitos dos contemporâneos cujas alegações leu não eram juristas mas letrados vivendo em pequenas povoações. Porém, o que diziam é surpreendentemente reconhecível para quem conhece o direito romano. E conclui que é «pouco claro» como se familiarizaram com esses «conceitos muito complexos e cheios de nuances». De algum modo, era isso mesmo que se esperava que o livro de Tamar Herzog nos ajudasse a perceber melhor.